

O SURGIMENTO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL: ELEMENTOS PARA COMPREENDER SUA GÊNESE

Rafael Garcia CARMONA¹

RESUMO

Neste artigo desenvolvemos o estudo da gênese histórica do Serviço Social demarcando os elementos da institucionalização e profissionalização. A partir de pesquisa bibliográfica discorremos, acerca dos elementos históricos da profissão de Assistente Social e buscamos apontar as contradições entre os limites postos à gênese da profissão. Por fim destacamos que compreender os elementos históricos é tarefa obrigatória para qualquer assistente social, pois nela encontra-se contradições, limites, mas também, possibilidades de intervenções profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistente Social. Gênese Histórica.

THE EMERGENCE OF THE SOCIAL WORKER PROFESSION IN BRAZIL: ELEMENTS FOR UNDERSTANDING ITS GENESIS

ABSTRACT

In this article we develop the study of the historical genesis of Social Service requiring the elements of institutionalization and professionalization. Based on bibliographical research, we address the historical elements of the Social Service profession and seek to point out the contradictions between the limits placed in the genesis of the profession. Finally, we highlight that understanding historical elements is a mandatory task for any social worker, as it contains contradictions, limits, but also possibilities for professional disciplines.

Keywords: Social Service. Social Worker. Historical Genesis.

¹ Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade UNINA. E-mail: rafael.carmona@unina.edu.br

INTRODUÇÃO

Na discussão contemporânea do Serviço Social brasileiro, há praticamente consenso de que a profissão se legitima graças à sua inserção na divisão social e técnica. No entanto, existem questões sobre a relação entre as chamadas “protoformas” e a profissionalização do Serviço Social que, muitas vezes, é percebida como um processo evolutivo que estabelece continuidade entre as ações de caridade e a intervenção da eclesial. Desse modo, o tema continua a atrair a atenção, principalmente no tocando e a institucionalização por parte do Estado.

É constante a repetição dessa afirmativa por parte de estudantes e assistentes sociais, em eventos da categoria profissional ou em artigos, assim como em distintos espaços em que esse debate nasce. Compreender de maneira equivocada, que ações profissionais como evolução caridade, nos leva a necessidade de refletir sobre a gênese da profissão. Assim, a partir de estudos bibliográficos de autores que discutem esse período histórico, buscamos levantar quais os pontos de inflexão podem contribuir para tal interpretação e, também, qual a melhor forma de expor essa relação na gênese do Serviço Social no Brasil.

Este texto, busca estabelecer diálogo entre alguns dos principais autores na área do serviço social, tendo como fundamento os livros *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda lamamoto e Raul de Carvalho (2005), e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, de José Paulo Netto (2005). A escolha dessas obras, decorre das referências constituídas entorno delas, pois são leituras obrigatórias na formação profissional e preparação para concursos públicos. Tais obras, apresentam interpretação sólida e crítica do Serviço Social no Brasil², de sua origem com rebatimentos na atualidade.

2 Os livros de lamamoto e Netto que serão utilizados como referência possuem uma diferença de 10 anos na publicação, o primeiro escrito em 1982 e o segundo, em 1992. Mas os apontamentos realizados pelos autores coadunam em grande parte.

DA GÊNESE À PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Partimos do pressuposto de que, as indicações que tratam o Serviço Social dentro de uma perspectiva histórico-crítica, demarcam a vinculação profissional à chamada “questão social”. Cabe, portanto, destacar que, essa deve ser analisada dentro da especificidade das relações sociais tipicamente capitalistas na sociedade brasileira, que se desenvolvem de forma diferenciada, carregadas de particularidades. Partimos da compreensão da “questão social” como sendo:

As expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 77).

Busca-se então, compreender como se deu o processo de industrialização e de formação da classe trabalhadora, com sua exploração e surgimento como reflexo no cenário político brasileiro, bem como as relações de poder e exploração entre as classes sociais, que levaram à organização da classe trabalhadora, as quais irão demandar respostas por parte da burguesia. A complexidade das expressões da “questão social” no país, se constitui na relação de exploração entre burguesia e trabalhador assalariado, entretanto, só podem ser compreendidas como resultado de um processo anterior.

A escravidão, a produção mercantil colonial, a imigração de trabalhadores europeus, a relação de dependência do capitalismo estrangeiro que intervém direta ou indiretamente na formação econômica e social. Esses, são elementos fundamentais para compreender a “questão social” e seus desdobramentos com recorte étnico- racial, de gênero e classe, além das dimensões espacial (território) e ambiental.

Vale afirmar que, com a propriedade privada dos meios de produção e o excedente de força de trabalho oriundos do fim da escravidão e da imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, no século XIX, têm-se uma grande

massa de desempregados pauperizados no tanto no espaço rural como urbano. Porém, a “questão social”, como uma demanda política, se apresenta nas primeiras décadas do século XX com o processo de industrialização – que é fruto da constituição de uma classe operária e do surgimento dos primeiros sindicatos.

Nesse contexto, observa-se que diferentes classes sociais colocaram em jogo seus interesses³. No contexto urbano, ocorre ainda, a intensificação do processo de urbanização, que passa a ser ameaça à ordem burguesa, principalmente pelas péssimas condições de vida e trabalho desencadeando a organização dos trabalhadores, enquanto classe por meio dos sindicatos. Como expresso por Netto (2005, p. 154): “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’.”

No mundo, nesse mesmo momento, ocorre a Revolução Mexicana (1910), as lutas operárias que levam à Revolução de 1917, na Rússia, assim como outras revoluções na Europa, que terão repercussão em diferentes países. Assim, a organização da classe do proletariado, juntamente com o perigo das ideias socialistas, passara a ser colocadas como um alerta às classes dominantes, que irão constatar a necessidade de formas alternativas de controle da força de trabalho.

No Brasil, a partir década de 20 do século XX, ocorre a intensificação das greves e a criação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro, o qual resultará em uma busca, por parte da burguesia e do Estado, de diferentes iniciativas de enfrentamento da “questão social” para além do emprego da repressão.

É desse modo que o Estado será responsável pela aliança de classe e atuará com uma postura alternativa para responder às demandas surgidas dessa nova realidade social. Então, como resposta às lutas de trabalhadores, surgem as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho e, embora escassas, as primeiras leis trabalhistas como: habitação popular (1921),

³ As primeiras manifestações de trabalhadores assalariados no país acontecerão já no século XIX, como demonstrado por Mattos (2010), mas nesse período, embora possa se falar em um começo da formação da classe trabalhadora no Brasil, esta ainda não está formada.

Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (1923), regulamentação dos feriados (1925). Entretanto, apenas com a crise de 1929, surge a necessidade concreta de mudanças, isso levará a classe burguesa brasileira a construir o chamado o golpe de 1930, no qual foi lançado Getúlio Vargas ao poder. Esse período é marcado pela grande ascensão da burguesia brasileira.

Com a implementação do Estado Novo, em 1937, Vargas busca consolidar as reformas imprescindíveis para sua manutenção no poder, a participação popular. Destacamos que, nesse período, se busca fortemente a construção de uma aliança entre a burguesia e o proletariado, o que não acontece. Assim, a burguesa foca sua articulação com outros setores, como a Igreja Católica. Juntamente com o Estado e a burguesia, a Igreja Católica se coloca na busca por poder e no enfrentamento à “questão social”. Embora essas forças apresentem diferentes respostas e interesses, pode-se dizer que todas convergem com a ideia de manutenção da ordem por meio do controle da classe trabalhadora.

A Igreja, por sua vez, nesse período buscava retomar espaço para garantir sua hegemonia e se dedica intensiva e explicitamente⁴ nessa empreitada. Assim, se coloca como uma terceira via, frente ao liberalismo e o comunismo, por meio de um projeto de reforma social. Esse projeto, entra na luta para recuperar a hegemonia cristã ameaçada com a influência do marxismo e da proposta liberal na sociedade civil e no Estado, ocorridas no processo de secularização e a racionalidade própria da expansão do capitalismo, decorrente da crescente perda de um importante espaço dessa instituição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

A partir daí a Igreja lança uma série de normas de caráter genérico para o exercício da fé católica e, entre os documentos mais conhecidos, estão as chamadas: encíclicas papais. As encíclicas papais, são as orientações doutrinárias para a ação política da instituição, as principais foram: *Rerum Novarum*, de Leão XIII, 15 de maio de 1891; e, *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, 15 de maio de

4 Segundo Carvalho (2005, p. 157), “na inauguração do Cristo Redentor, com a presença de quase toda a hierarquia e dos principais representantes do Estado, Dom Leme explicita ameaçadoramente a posição da Igreja: “[...] ou o Estado [...] reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado””.

1931, assim, inicia-se um movimento de mobilização do apostolado laico.

Como fruto desse movimento dentro da Igreja Católica, são criadas estratégias e organizações, tais como: ensino confessional, centros de estudos, a Ação Católica, as universidades (surgimento das escolas de Serviço Social), os sindicatos católicos, as novas formas de ação paroquiais (IDEM). Já na década de 1920, como resposta à emergência dos grandes movimentos operários de 1917 a 1921, a Igreja redimensiona sua ação social. Se anteriormente o foco era o socorro aos indigentes, passa a atuar junto à classe operária e, em 1922, funda a Confederação Católica – precursora da Ação Católica – para centralizar politicamente as primeiras formas de organização do apostolado laico⁵.

Segundo Carvalho (2005, p. 167),

será, no entanto, a partir do desenvolvimento do Movimento Laico que essas iniciativas embrionárias se multiplicarão, compreendidas dentro da Ação Social Católica. Tomarão aí sua forma característica de apostolado social.

A Igreja Católica se redefine no interior da sociedade brasileira e, conseqüentemente, suas ações são modificadas, pode-se dizer que ocorre uma busca para se qualificar e obter maior êxito junto a seu novo público, o movimento operário. Observa-se que são colocadas diferentes respostas à “questão social” por parte do Estado, do empresariado e da Igreja.

Nesse bojo é que cabe localizar o debate da gênese do Serviço Social, quanto profissão e, também, qual a relação com essas formas de intervenção, assim como, qual a relação que possui com os denominados grupos pioneiros ou as “protoformas” do Serviço Social?

Segundo Yamamoto (2005), o Serviço Social surge na década de 1930⁶, como parte de um movimento de bases confessionais da Igreja Católica, na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos em face da

5 Por laico compreende-se o que ou quem que não pertence ou está sujeito/ligado a uma religião.

6 No Brasil a primeira Escola de Serviço Social surge no ano de 1936, na cidade de São Paulo, hoje conhecida como a PUC-SP.

crescente secularização da sociedade, resultante dos princípios do liberalismo e do comunismo.

Essa origem ligada à Igreja, será denominada de protoformas⁷ do Serviço Social, que nasce a partir do movimento católico, mas segundo a autora, a institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão, realizam-se com o surgimento das grandes instituições que emergem como parte dos esforços reformadores do Estado, na década de 40. Lê-se:

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicado [...]. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológicas encontram-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional, como meio de fazer face aos imperativos da justiça e da caridade, dentro da perspectiva de profissionalização do apostolado social segundo parâmetros técnicos e modernizadores, numa sociedade secularizada, ameaçada pelo liberalismo e pelo comunismo. Se esta é a fonte legitimadora da formação desse profissional nos seus primórdios, ela não se choca com o crescente aproveitamento e cooptação desse agente pelo aparato de Estado e pelo empresariado, que progressivamente vão atribuindo novas determinações à legitimidade e institucionalização do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 83).

Ao refletir essa citação, evidenciamos como se dá a relação das chamadas “protoformas” ao que será a profissão Serviço Social. Observa-se então, que há a descrição de um processo de profissionalização das ações de caridade de intervenção da Igreja Católica, por parte de um agente denominado “apostolado laico” até sua institucionalização por parte do Estado e do empresariado, atribuindo-lhe novas determinações. Essa afirmativa, também é desenvolvida por Iamamoto no livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, lançado em 1992:

⁷ Iamamoto não utiliza o conceito de “protoformas” para definir o surgimento do Serviço social, mas fará referência aos “grupos pioneiros” ligados ao movimento social da Igreja Católica. Esse conceito será desenvolvido por Carvalho.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicado, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30 (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

Na sequência ressalta:

Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 40 (IAMAMOTO, 2004, p. 30).

A profissionalização como está apresentada, dá a conotação de continuidade entre o que seriam as primeiras formas de intervenção na “questão social”, por parte da Igreja, e sua transição até ser uma profissão. Essa forma originária da atividade profissional, teria um caráter missionário com o primado da justiça e da caridade, que legitimaria o Serviço Social em sua gênese, até que novas determinações a transfigurem em uma profissão de fato, ou seja, sua institucionalização. Portanto, a partir da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, quando o Estado se abre como um campo de trabalho para os assistentes sociais que atuarão como executores das políticas sociais, a nova forma de enfrentamento às expressões da “questão social”.

Nesse sentido, alertamos que essa perspectiva de algo anterior à institucionalização e cooptação pelo Estado e empresariado, os “primórdios” do Serviço Social, ligado umbilicalmente à Igreja, faz com que o sentido muitas vezes seja de continuidade. Logo, o antes e o depois da ingerência, por meio de políticas sociais, – uma nova forma de ação junto a “questão social” –, mas sem deixar de ser um processo evolutivo entre uma forma de Serviço Social, que começa a se profissionalizar na Igreja até se institucionalizar no Estado.

Outrossim, ressaltamos que não se trata de dizer que Iamamoto defenda o Serviço Social como uma evolução da ajuda, mas que a prática profissional, sua função social e de legitimidade em determinado momento são os mesmos

das suas protoformas.

Netto (2005) traz uma análise diferente dessa relação do Serviço Social com “suas protoformas”. Parte do entendimento de que há uma ruptura entre as formas anteriores que leva a uma profissionalização. Afirma:

Não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a *ruptura* com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, *independentemente das protoformas*, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho (NETTO, 2005, p. 73 - grifos no original).

O autor não deixa de considerar a existência de uma protoforma, mas a utiliza no sentido de que há uma forma anterior de intervenção nas expressões da “questão social”, que era desenvolvida como uma organização da filantropia/caridade pela Igreja Católica. Dessa forma, é a partir da requisição por parte do Estado de um profissional que atenda a demanda de execução das políticas sociais, é que esse agente se profissionaliza e passa a existir o Serviço Social.

A inserção do assistente social como agente técnico especializado, com a função executiva de implementação de políticas sociais setoriais, se dá com a refuncionalização do Estado, assim “o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica” (NETTO, 2005, p. 79).

Dessa forma, Netto (2005), consegue delimitar a relação do Serviço Social com suas protoformas, sem cair em um caminho de evolução do que é considerada a origem da profissão até a institucionalização.

Por conseguinte, não há um processo que leva à profissionalização do Serviço Social, mas sim uma mudança no trato da “questão social” que resulta na constituição de uma profissão com funções que até então não existiam.

Mesmo que não seja tratada como uma forma anterior de ajuda, carrega consigo a ideia de uma forma precursora da profissão a partir de relações vinculadas a essa natureza. Essa linha de continuidade, aparece independente

da leitura evolucionista ou histórico-crítica⁸, com a permanência da defesa de uma protoforma. Lê-se:

Assim, se as forma de ajuda (caridade ou filantropia) vão caracterizar certas respostas às refrações da “questão social” que, institucionalizadas, qualificadas e organizadas, serão agora (no monopolismo) desenvolvidas fundamentalmente pela profissão do Serviço Social, no entanto, não se pode ignorar a substantiva diferença nos papéis e significados sociais, na funcionalidade, na base de sustentação e, portanto, na legitimidade entre a caridade / filantropia e a profissão de Serviço Social: um trabalhador assalariado, recrutado pelo Estado (e órgão da classe hegemônica) para executar políticas sociais como respostas oficiais às refrações da “questão social”, de forma tal de mediar os interesses das classes subalternas, diminuindo conflitos e favorecendo a acumulação capitalista (MONTAÑO, 2007, p. 69).

Em síntese, é possível afirmar que o Serviço Social se legitima a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, quando o Estado e o empresariado passam a requisitar um profissional que seja capaz de executar as políticas sociais (públicas e privadas), como resposta às demandas da classe trabalhadora, delimita o marco de sua instituição.

Entende-se, além disso, que existem ações desenvolvidas por diferentes agentes e instituições, que resultam na conciliação de classe e buscam amenizar as expressões da “questão social”. Algumas dessas intervenções, existiam antes do período histórico de efervescência das manifestações da classe trabalhadora, mas a ameaça de eversão da ordem colocada explicitamente exige uma gama de novas ações. Portanto, esse processo não se dá sem continuidade e ruptura. Se pensarmos em relação à essas formas anteriores e posteriores de intervenção em determinados períodos, identificamos que surgem novos

8 Montaño (2007, p.44), a partir da argumentação da existência de duas teses a respeito da gênese/natureza do Serviço Social – a primeira que denomina de endogenista/evolucionista e define a profissão como uma continuidade das ações de caridade/filantrópicas; e a segunda como uma perspectiva histórico-crítica que estabelece o surgimento dentro de um processo histórico de inserção na divisão social e técnica do trabalho vinculado ao Estado e às políticas sociais – dirá: “considerando a relação “Serviço Social/formas de ajuda”, se na primeira tese a natureza é a mesma, com características diferentes, na segunda à natureza é distinta, com características semelhantes”.

agentes e objetivos nesse processo.

Pode-se destacar como ruptura, a forma de intervenção por parte do Estado, o que levará a requisição de novas profissões como o Serviço Social. Assim, o assistente social surge como profissional requisitado para executar as políticas sociais. Se antes a “questão social” era caso de “polícia”, com o Estado e o empresariado atuando em sua intervenção por meio de ações pontuais e coerção, quando a classe trabalhadora se coloca como classe em si, o Estado passa a mediar essa relação por meio de uma nova forma: política social.

A relação entre Estado e Igreja, pode ser indicada a partir das ações conjuntas de intervenção quando o Estado passa a regular as iniciativas da Igreja na área da assistência social, que levará a uma maior articulação das instituições e, o desenvolvimento desse elo, será um dinamizador do processo de formação e institucionalização do Serviço Social.

Assim, os primeiros profissionais requisitados para atuar nos serviços sociais do Estado, serão das escolas de Serviço Social católicas - uma vez que se tratavam das primeiras escolas, mas embora a instituição e a formação sejam ligadas a Igreja, a demanda que institucionaliza a profissão é estatal.

Entende-se que a requisição, por parte do Estado, institui uma função social que se distingue da existente na Igreja. Em decorrência disso, embora os agentes e suas práticas sociais não se diferenciem no início, a prática profissional era entendida como uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha curativa e preventiva dos problemas sociais e sua intervenção profissional se dará em espaços institucionais distintos. Assim, como o que lhe dará legitimidade enquanto profissão é sua funcionalidade, a função social a qual foi requisitado pelo empregador e resultará em um mercado de trabalho para esse profissional.

A relação que deve ser focada é a de continuidade e ruptura, não com as ações de caridade/ filantropia, desenvolvidas pela Igreja e seus agentes, mas sim com a resposta às expressões da “questão social” em diferentes períodos. Ou seja, a linha de continuidade é a forma de intervenção por parte da Igreja, do Estado e da burguesia, suas diferentes ações em momentos específicos de intervenção. Dessa forma, o processo que leva a constituição da profissão

não é a existência da prática social exercida por agentes da Igreja, mas sim a necessidade social de um profissional que exerça a ação de executor das políticas sociais, estas que atendem às demandas de um determinado público: a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos, ao término desse texto, que as análises aqui colocadas, longe de contemplarem a totalidade dos elementos históricos necessários para compreender a profissão, foram sistematizadas na perspectiva de sintetizar e chamar atenção para o elemento central das contradições inerentes ao surgimento da profissão de serviço social. Sem perder de vista a necessária articulação entre o desenvolvimento histórico da profissão e o movimento mais geral da sociedade brasileira, defendemos que as análises da profissão no contexto da sociedade de classes ganham sentido somente quando apontam para as contradições presentes nesse processo.

REFÊRENCIAS

IAMAMOTO, Marilda V. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

MATTOS, Marcelo B. **Recuando no tempo e avançando na análise**: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: Godmacher; Mattos; Cruz. Faces do trabalho: escravizados e livres. Niterói: EdUFF, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no

Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

